

CARLOS ALBERTO RAMOS

Economia da **FELICIDADE**

Rumo a uma nova medição da
PROSPERIDADE DAS NAÇÕES



ALTA BOOKS

Rio de Janeiro, 2021



Sumário

Introdução	1
<i>Capítulo 1: Precisamos de PIB para Sermos Felizes?</i>	7
Referenciais Teóricos da Economia da Felicidade	8
O Objetivo da Modernidade em Economia	8
A Afronta à Economia Convencional.....	12
<i>A Função de Utilidade ou Felicidade</i>	16
<i>A Métrica da Felicidade</i>	18
<i>Os Preços podem ser a Manifestação da Utilidade?</i>	20
Do Indivíduo ao PIB	22
<i>Uma Brevíssima História do PIB</i>	23
<i>Felicidade e PIB: justificativas das supostas conexões</i>	26
Limitações e Fragilidades do PIB como Indicador Síntese	27
<i>O PIB Indicador Exclusivo da Economia Mercantil</i>	28
<i>Externalidades</i>	29
<i>Atividades Mercantis de Benefício Duvidoso</i>	30
<i>Composição do PIB</i>	31
<i>Distribuição do PIB</i>	32
<i>Uma Possibilidade: "Corrigir o PIB"</i>	34
<i>À Procura de Novos Indicadores</i>	36
Critérios Objetivos e Subjetivos dos Indicadores	40

Capítulo 2: Conceitos e Definições	43
Felicidade: a Dimensão Afetiva (hedonista) e Cognitiva	43
O Conceito de Felicidade	47
A Função de Produção da Felicidade (ou como transformar insumos em bem-estar subjetivo)	49
A Base de Comparação ou o Referencial	50
A Escala de Medição e a Questão da Subjetividade nas Autodeclarações	51
<i>Escala de Medição</i>	51
<i>A Alteração no Tempo da Métrica Subjetiva</i>	52
<i>Críticas mais Usuais a Tentativas de Quantificar a Autodeclaração de Felicidade</i>	53
O Ser Humano Sente Logaritmicamente.....	56
O Paradoxo do Paradoxo de Easterlin.....	60
O Fenômeno da Adaptação ou a Armadilha da Felicidade	61
As Bases de Comparação	63
<i>O Próprio Passado ou a Renda Relativa com Respeito a Si Mesmo</i> ..	64
<i>O Peso dos "Outros" ou a Renda Relativa com Respeito a um Grupo de Comparação</i>	66
Felicidade, Renda Relativa, Inveja e Expectativas	70
Fundamentos Darwinistas de nossa Racionalidade	71
O Efeito Túnel.....	74
Distribuição de Renda e Felicidade	76
Capítulo 3: As Raízes Econômicas da Felicidade	79
O Status do Trabalho na Perspectiva Hedonista-Utilitarista-Consumista	80
Os Nexos entre Desemprego e Felicidade: a comparação, sempre a comparação	86
Há Empregos e Empregos: qualidade do emprego e bem-estar	88
Inflação	91
Inflação e Desemprego: vestir um santo para despír outro?	92
Estado de Bem-Estar e Felicidade	96
<i>Educação</i>	101
<i>Saúde</i>	103

<i>Capítulo 4: Fontes não Econômicas da Felicidade</i>	107
Idade e Coortes	108
Sexo (Homem/Mulher)	111
Casamento-Separação	113
Filhos	116
Viuvez.....	117
O Tempo de Trabalho e Não Trabalho.....	117
Tempo Livre (Relações com amigos e trabalho não mercantil)	120
Liberdade/Democracia	124
Meio Ambiente.....	127
Religião.....	131
 <i>Capítulo 5: Economia da Felicidade, Objetivos e Formulação de Políticas Públicas</i>	 135
Uma Assinatura Pendente	135
O PIB é Insatisfatório, mas o que Colocamos em seu Lugar?	137
Aspectos Metodológicos e Fragilidades dos Novos Indicadores	138
<i>A Questão do Paternalismo</i>	142
<i>A Questão da Coordenação</i>	145
Falta de Coordenação e Política Pública	148
O “Decrescimento” e sua Viabilidade	150
O Objetivo de um Governo pode ser a Procura da Felicidade?	157
 Comentários Finais	 163
 Bibliografia	 169



CAPÍTULO 1

Precisamos de PIB para Sermos Felizes?

“Por muito tempo, parece que abrimos mão de nossa excelência pessoal e dos nossos valores comunitários à mera acumulação de bens materiais. Nosso Produto Interno Bruto agora ultrapassa US\$ 800 bilhões por ano, mas esse Produto Interno Bruto — se julgarmos os Estados Unidos por isso — contabiliza a poluição do ar, a publicidade de cigarros e as ambulâncias que limpam nossas rodovias da carnificina. Contabiliza as fechaduras especiais para nossas portas e as prisões para as pessoas que as arrombam. Contabiliza a destruição de nossas florestas de sequoia e a perda de nossa maravilha natural em nome de uma expansão caótica. Contabiliza as ogivas nucleares e os carros blindados usados pela polícia no combate à baderna em nossas cidades. Contabiliza o rifle de Whitman, a faca de Speck e os programas de televisão que glorificam a violência com o objetivo de vender armas de brinquedo para nossos filhos.

No entanto, o Produto Interno Bruto não contabiliza a saúde de nossos filhos, a qualidade da educação ou a alegria que experimentam quando brincam. Não inclui a beleza de nossa poesia ou a força de nossos casamentos, a inteligência de nosso debate público ou a integridade de nossos funcionários públicos. Não mede nem a nossa inteligência, nem a nossa coragem, nem a nossa sabedoria, nem a nossa aprendizagem, nem a nossa compaixão ou a nossa devoção ao país.

Mede tudo, exceto o que faz a vida valer a pena. E pode nos contar tudo sobre a América, exceto o porquê de termos orgulho de sermos americanos.”

*Robert Kennedy, Discurso na Universidade de Kansas, 18 de março de 1968
(foi assassinado menos de um mês depois de ter pronunciado este discurso)*



Referenciais Teóricos da Economia da Felicidade

Richard Easterlin publicou um artigo em 1974 (atualizado em 1995) que foi — e ainda é, como veremos — considerado um desafio a diversos paradigmas bem sedimentados em diversas áreas, entre elas a economia.

Basicamente, Easterlin sustenta que não existe correlação entre o bem-estar subjetivo — ou um índice de felicidade — reportado pelas pessoas e a disponibilidade de bens e serviços contabilizada pelas contas nacionais — PIB ou renda. Em outros termos: a sensação de bem-estar declarada pelos indivíduos em diversas pesquisas de opinião não estaria influenciada pelo seu nível de renda. Esta constatação seria o corolário lógico do simples cruzamento de duas séries de dados: aqueles tocantes à felicidade e os referentes à renda (ou PIB) *per capita*.¹ Nos Gráficos 1.1 e 1.2 reproduzimos as duas séries para dois países desenvolvidos — EUA e Japão. A leitura dos gráficos nos permite concluir que, apesar de o dinamismo da renda pessoal nos últimos quarenta anos, a sensação de bem-estar manifestada pela população permanece constante.

Essa “descoberta”, a despeito da aparente simplicidade na sua formulação — um quase rudimentar cruzamento entre duas séries —, tem imensos desdobramentos. Vamos nos deter naqueles que consideramos mais importantes.



O Objetivo da Modernidade em Economia

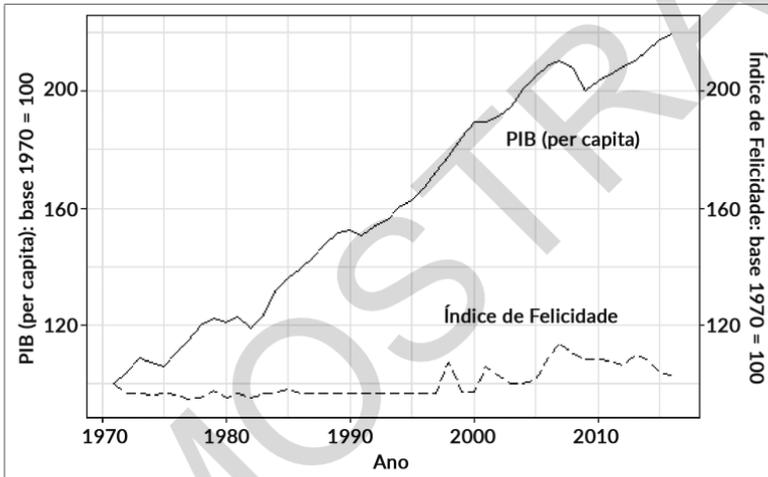
O propósito permanente, dominante e quase exclusivo de todo governo nas sociedades modernas seria aumentar o PIB *per capita*. Esta é uma meta que perpassa as ideologias, um denominador comum compartilhado por quase todas as opções políticas e ideológicas e praticamente

¹ Quando relacionamos bem-estar ou felicidade com PIB, o relevante é o PIB *per capita* de um país e não o PIB total. O exemplo da China é ilustrativo. Esse país é, em termos de PIB total, a segunda economia do mundo. Contudo, quanto à renda *per capita*, a sua situação é próxima à do Brasil. Ambos países integram os denominados países de renda média.

a integralidade das escolas de pensamento.² Lembremos que as chances de reeleição de um governo ou a capacidade de influenciar na sucessão nas democracias liberais do Ocidente estão supostamente associadas ao desempenho econômico e este é sinônimo de PIB. Nesse sentido, a frase “é a economia, estúpido” sintetiza a suposta relação umbilical entre a performance na área econômica e o resultado eleitoral.³

GRÁFICO 1.1

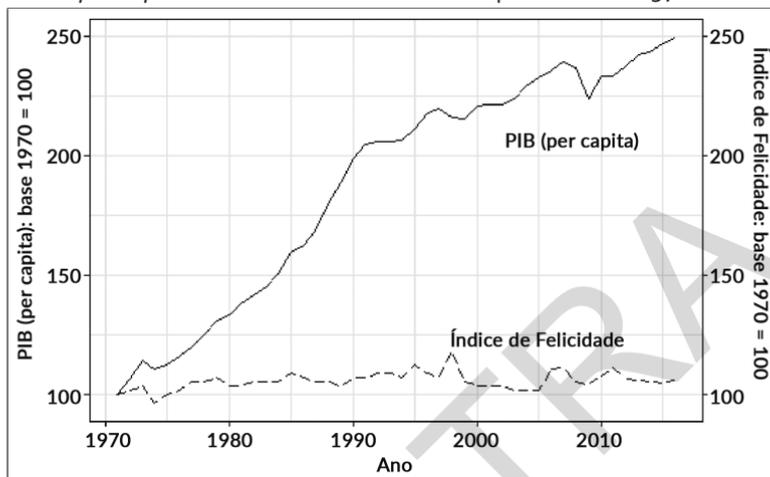
PIB *per capita* e Índice de Felicidade dos EUA — Base: 1970=100



Fonte: Adaptado de Banco Mundial (PIB); ONU (Índice de Felicidade).

² São poucas as exceções, ainda que com o crescente temor de um colapso ecológico planetário, as alternativas que fogem a esse culto ao crescimento estão surgindo e se consolidando. Por exemplo, as escolas que preconizam o “decrescimento” no lugar do crescimento. Voltaremos a esse aspecto no Capítulo 5.

³ Esta frase é atribuída a James Carville, assessor da campanha de Bill Clinton na eleição de 1992 para a presidência dos EUA. Não obstante George H. Bush (pai) ser inicialmente o favorito — pelo êxito na primeira Guerra do Golfo e o desmoronamento do bloco soviético —, a deterioração nos indicadores econômicos acabou sendo utilizada pelos estrategistas do democrata para reverter o favoritismo e acabar triunfando.


GRÁFICO 1.2
PIB per capita e Índice de Felicidade do Japão — Base: 1970=100


Fonte: Adaptado de Banco Mundial (PIB); ONU (Índice de Felicidade).

Essa suposta primazia do crescimento da economia sobre outros fatores extrapola as contendas eleitorais. Lembremos que tanto a ex-União Soviética como a China Maoista tinham como objetivo, mediante seus planos quinquenais, alcançar e superar os EUA em diversos indicadores econômicos (por exemplo, a produção de aço).⁴ Mesmo hoje, nos modernos cursos de crescimento ou desenvolvimento econômico nas universidades, o parâmetro para avaliar a performance econômica de um país é a renda *per capita* dos EUA. Nessa lógica, a “fronteira” a ser alcançada está dada pela situação nos Estados Unidos e a avaliação passa por acompanhar o percentual de renda (sempre *per capita*) de um país com respeito à base (EUA = 100).⁵

Contudo a pergunta natural é: por que essa obsessão por alcançar os EUA se a disponibilidade de bens e serviços que esse país oferece a seus habitantes não parece se traduzir, segundo Easterlin, em um maior nível de satisfação com a vida? Nesse sentido, poderíamos generalizar

⁴ Nikita Khrouchtchev, na apresentação do plano quinquenal ao XXI Congresso do Partido Comunista (1956), se fixa como objetivo que, ao termo do mesmo (1965), a produção industrial total da União Soviética seja igual à dos EUA e, em 1970, no transcurso do próximo plano quinquenal, a renda *per capita* deveria ser igual à dos EUA.

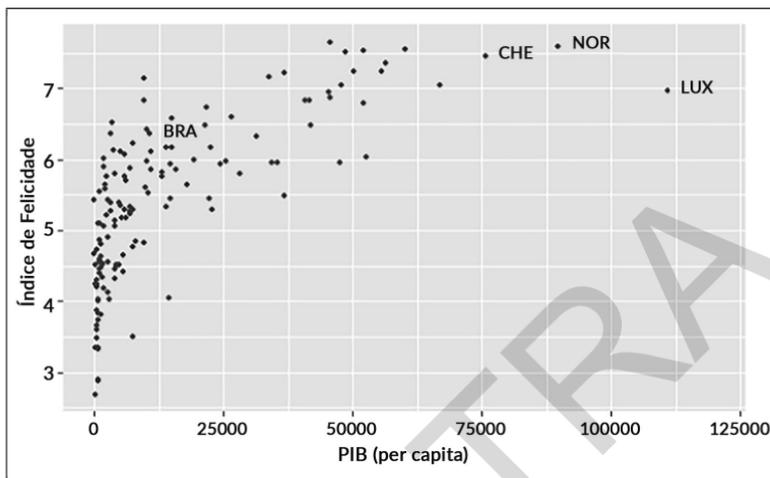
⁵ Ver Madison (2003).

ainda mais. A sociedade “ideal” a ser atingida por todos os países em desenvolvimento seriam as nações desenvolvidas. A esse arquétipo são dedicados a maioria dos esforços de interpretação histórica, de pesquisas e de desenho de políticas. A avaliação das alternativas institucionais e de política (maior participação do Estado na economia ou não, maior investimento em infraestrutura ou educação, maior orçamento dedicado à pesquisa) é feita em função da redução do hiato que nos separa dessas sociedades de elevado nível de renda. Mas, se um maior PIB *per capita* não exprime uma maior satisfação com a vida, por que essa obsessão? Para que tanto esforço dedicado a um objetivo que não necessariamente vai se espelhar em maior realização pessoal? Não seria mais lógico direcionar os esforços de pesquisa à identificação das variáveis suscetíveis de influenciar de forma positiva a nossa autodeclaração de bem-estar?

Observemos o Gráfico 1.3. Nele podemos constatar que a relação entre renda *per capita* e nível de satisfação com a vida não é imediata. O Panamá tem uma renda muito inferior à da França, contudo quando perguntados sobre o nível de bem-estar, os habitantes do país centro-americano se declaram mais satisfeitos com seu cotidiano que aqueles da nação europeia (lembramos esta última como uma das economias mais desenvolvidas do mundo). Portugal é um país que integra a União Europeia, região que baliza fluxos migratórios da África, deslocamentos populacionais extremamente perigosos e que chegam a custar a vida de uma parte não negligenciável dos que tentam ingressar clandestinamente no continente europeu. Contudo, Marrocos, um dos países mais pobres do mundo (renda *per capita* de 3.200 dólares/ano), apresenta um índice de felicidade superior ao de Portugal (renda *per capita* de 22 mil dólares/ano). Esse diferencial alimenta o Paradoxo de Easterlin, uma vez que a existência de países com o mesmo nível de satisfação com a vida e enormes diferenciais de renda pode merecer duas leituras. A primeira é que existem distintas possibilidades de transformar renda em felicidade. Alguns países são mais eficientes que outros e o programa de pesquisa teria de ser direcionado a identificar as raízes dessa diferenciação. A segunda leitura é mais radical e consiste em negar a existência de relação entre renda e bem-estar subjetivo. Em outros termos: se a finalidade dos governos consistisse em elevar a satisfação subjetiva de seus habitantes, o PIB *per capita* de um país não deveria ser a meta a ser almejada.

 **GRÁFICO 1.3**

PIB *per capita* e Índice de Felicidade segundo países



BRA=Brasil; CHE=Suíça; NOR=Noruega; LUX=Luxemburgo

Fonte: Banco Mundial (PIB); ONU (Índice de Felicidade); Elaborado pelo autor.

 **A Afronta à Economia Convencional**

Se consultarmos aleatoriamente algum dos corriqueiros livros-texto que formam (e formaram) gerações de economistas, veremos que o bem-estar individual é denominado utilidade, e a utilidade de um indivíduo depende do consumo de uma cesta de bens.⁶ Quanto maior o consumo de um bem, maior será a utilidade do indivíduo.⁷ O objetivo do indivíduo consiste, justamente, em maximizar seu bem-estar (a utilidade) mediante o consumo de bens e serviços disponíveis no mercado com a condição de respeitar a sua restrição orçamentária. Toda a construção teórica do modelo padrão em economia parte desse princípio fundamental: agentes maximizando uma função-objetivo, que no caso dos indivíduos ou das

⁶ Ver, a título de exemplo, Varian (1994), talvez o livro de Microeconomia mais utilizado na graduação dos cursos de economia hoje no Brasil.

⁷ Ainda que o acréscimo de utilidade seja decrescente. Em termos mais técnicos, as utilidades marginais são positivas, mas decrescentes e assume-se que a saciedade não é atingida.

famílias consiste na maximização da função de utilidade, através do consumo e respeitando uma ou várias restrições.⁸

Todavia, não é mencionado nos corriqueiros livros-texto que essa abordagem está ancorada nas bases filosóficas que alimentaram a construção da economia como ciência autônoma. Nos primórdios, essa autonomia não existia, não sendo possível diferenciar a economia de reflexões sobre filosofia, ética e moral. Lembremos que Adam Smith (1723-1790), hoje identificado como sendo o “primeiro economista”, era mais um filósofo que um economista. Sua obra mais conhecida é *A Riqueza das Nações* (1776), tida como a primeira tentativa de elevar a economia a um status autossuficiente. Porém, o texto de 1776 foi precedido pela *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), título que evidencia as raízes filosóficas do autor. Smith foi um grande amigo de David Hume (1711-1776) e integraram, com Francis Hutchinson (1660-1739) e John Locke (1632-1704), entre outros, uma corrente filosófica tipicamente britânica que nutriu a escola utilitarista. Esse arcabouço teórico teve seu ápice no livro de Jeremy Bentham (1748-1832) *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, de 1789, considerado o mais representativo texto do utilitarismo, tanto em termos filosóficos quanto psicológicos. Segundo Bentham, as sensações de prazer e sofrimento teriam de ser vistas como um princípio moral, a bússola que direciona as ações dos indivíduos. Essa perspectiva era particularmente radical; poderíamos até qualificá-la de fundamentalista, uma vez que, segundo Bentham, as utilidades de cada indivíduo poderiam ser medidas e comparadas às obtidas por outros integrantes da sociedade e agregadas. O *Cálculo Felicífico* seria o saldo que surgiria da agregação da dicotomia felicidade (com sinal positivo)/sofrimento (sinal negativo). Não obstante poder ser associado ao liberalismo radical, no qual a procura da felicidade individual geraria um equilíbrio ótimo quanto ao agregado social, Bentham advoga pelo desenho de instituições que gerem a maior felicidade ao maior número de pessoas, propondo um sistema de incentivos e sanções dentro do qual se operaria a livre procura de cada indivíduo ao seu máximo bem-estar. A relevância do contexto institucional/legal dado por Bentham fica evidente quando observamos que seus escritos também são estudados nos cursos de direito, nos

⁸ O modelo pode variar segundo o contexto. Por exemplo, podemos estar diante de um modelo no qual a maximização tem algum tipo de horizonte intertemporal (vários períodos no tempo). Contudo, basicamente esse é o princípio geral.

quais ele é visto como um jurista e o *Principles of Morals and Legislation* como um referencial ao código penal. Ou seja, a obra de Bentham tanto pode merecer leituras desde a dimensão filosófica e econômica quanto jurídica.

O utilitarismo *à la* Bentham foi o referencial conceitual do *radicalismo filosófico*, escola de pensamento também britânica que teve entre seus integrantes figuras-chaves do pensamento liberal, como David Ricardo (1772-1823), James Mill (1773-1836), seu filho John Stuart Mill (1806-1873) e Henry Sidgwick (1838-1900). Esse paradigma conceitual foi utilizado para fundamentar princípios incontornáveis do pensamento filosófico, político e econômico de uma certa elite britânica desse período e que podem ser classificados como progressistas para a sua época: voto universal (inclusive o direito ao voto das mulheres) e secreto, educação pública.

O utilitarismo foi uma corrente crucial na fundamentação de uma ética na denominada ciência econômica. Se o hedonismo egoísta de Bentham pode ter merecido fortes críticas em áreas como a sociologia e a psicanálise, na economia seus princípios foram assumidos na sua integralidade, sendo uma das âncoras da moderna teoria econômica. Lembremos que os primeiros economistas (Smith, Ricardo, Marx) tinham uma perspectiva epistemológica que assumia a sociedade ou a totalidade da economia como a unidade elementar de pesquisa. Entre o último quarto do século XIX e as primeiras décadas do século XX um paradigma alternativo rivalizou com o anterior, dando início a um processo que o tornaria hegemônico no decorrer desse século. Esse novo paradigma tem no utilitarismo clássico a sua âncora conceitual e ética.

Esse novo modelo padrão ou hegemônico é conhecido entre os economistas como Modelo Neoclássico. Neste paradigma teórico, a sociedade como unidade elementar de análise é substituída pelos agentes — basicamente consumidores e produtores — e os agregados econômicos no âmbito da sociedade não seriam outra coisa senão a soma das individualidades. Esta abordagem é conhecida como individualismo metodológico. A teoria do valor-trabalho, que era a categoria teórica central em Smith, Ricardo e Marx, é substituída pela teoria subjetiva do valor. A utilidade individual se nutriria do nexos psicológico entre o bem ou serviço a ser potencialmente consumido e o bem-estar obtido pelo indivíduo que concretiza esse consumo. Cada bem ou serviço consumido teria uma

determinada capacidade em satisfazer necessidades, gostos ou desejos humanos. Estes últimos seriam exógenos, dados e, nesse sentido, não seriam motivo de pesquisa por parte da economia. Dessa forma, o desafio de um indivíduo — denominado consumidor —, devido a um leque de bens disponíveis no mercado, seria escolher a cesta que maximize a sua utilidade e respeite uma restrição (por exemplo, que respeite a sua renda disponível). Essa forma de assumir o problema econômico (maximizar o bem-estar mediante um consumo que está limitado por restrições) pode ser mais ou menos sofisticado (por exemplo, a utilidade a ser maximizada leva em consideração um dado horizonte de tempo e não exclusivamente o presente, o risco e a incerteza podem ser incorporados no programa de otimização) mas, na sua essência, constitui o núcleo central do modelo standard em economia. Referenciais incontornáveis desta corrente são William Stanley Jevons (1885-1882) e Carl Menger (1835-1882) dois economistas que, no final do século XIX, assentaram as bases do que depois foi denominado de Teoria Subjetiva do Valor.

A procura de bem-estar do agente maximizador (que pode ser um indivíduo, a família, o indivíduo e seus descendentes) está no centro desse corpo analítico e as bases filosóficas dessa construção estão no utilitarismo. O indivíduo ou a família têm um leque de gostos ou, em outros termos, sabem do que gostam ou desgostam e, sabendo-se limitados pelas restrições econômicas (renda, por exemplo) ou legais/institucionais, atuam em consequência. A função de utilidade pode ser mais ou menos sofisticada, contemplar diversas possibilidades (um consumidor com variadas atitudes diante do risco, mais ou menos altruísta no seu posicionamento diante das gerações futuras e seus filhos em particular) mas, voltamos a repetir dada a relevância dessa proposição, o indivíduo/família vincula seu bem-estar à quantidade e qualidade dos bens e serviços consumidos. Não é generoso, mas tampouco invejoso. Assim, estamos com um indivíduo sem contexto, cujos parâmetros de referência são: os preços dos bens, a sua restrição (a sua renda, por exemplo) e os seus gostos. Nessas circunstâncias é operada a maximização de sua utilidade.

Podem parecer uma abordagem sem nenhuma sofisticação em termos psicológicos ou sociais, mas o modelo padrão não tem como vocação explicar as sutilezas da psique humana senão algo muito mais prosaico: o funcionamento dos mercados e a alocação de recursos. Exemplificando, a questão econômica se limitaria a responder às seguintes perguntas: por

que se produzem e demandam calças? Por que se produzem mais calças azuis que lilases? Nesse contexto, assumir o ser humano como tendo um objetivo hedonista-utilitarista, com certas restrições a serem respeitadas e que atua em consequência, é a base do *Homo economicus*. Nas palavras de Francis Ysidro Edgeworth (1845-1926), autor com contribuições fundamentais na construção do moderno paradigma, em seu livro *Mathematical Psychics*:

“
The first principle of economics is that every agent is actuated only by self-interest. (Edgeworth, 1881, p. 1)
 ”

A sociedade não seria outra coisa que o resultado (a soma) da interação desses agentes egoístas, interação que se daria no mercado mediante decisões individuais otimizadoras. A procura da felicidade seria, na perspectiva de Bentham, um imperativo moral, sintetizado no seguinte “axioma fundamental”:

“
...it is the greatest happiness of the greatest number that is the measure of right and wrong. (Bentham, 1776, p. 227)
 ”

Dessa forma, nutrido no utilitarismo, o paradigma hegemônico em economia adota o individualismo metodológico e um indivíduo hedonista cuja racionalidade e imperativo moral o induzem a procurar o máximo de felicidade por meio do consumo de bens e serviços.

Essa abordagem epistemológica não está isenta de diversos desafios teóricos. Vamos mencionar vários deles e, sem pretender esgotar o tema, apresentaremos algumas das respostas que os economistas têm dado a eles.

A Função de Utilidade ou Felicidade

Como afirmamos, procurar a máxima felicidade mediante o consumo tem sido traduzido, pelos economistas, em uma linguagem matemática que consiste em afirmar que o indivíduo maximiza uma função de utilidade cujo valor depende da quantidade de bens

consumidos.⁹ Apesar de ser uma proposição simples, implicitamente estamos diante de diversas armadilhas conceituais.

A primeira questão diz respeito à relação entre os bens e o bem-estar. O vínculo surge de aspectos psicológicos ou de variáveis não econômicas. Qual é a satisfação que um indivíduo usufrui no ato de comprar um par de sapatos, por exemplo? De onde surge essa satisfação? Certamente esse vínculo não pode ser uma dimensão a ser explorada pelos economistas. Ou seja, existiria essa relação (consumo \Rightarrow felicidade), a mesma seria, para utilizar o jargão dos economistas, exógena, não sendo, assim, objetivo de estudo da disciplina. Colocado desde outra perspectiva. À economia, como ciência, não interessa saber por que um par de sapatos proporciona utilidade. A identificação dos processos mentais mediante os quais o indivíduo transforma o consumo de um bem em utilidade não integraria seu projeto de pesquisa. Em todo caso, caberia à neurociência e/ou à psicologia determinar as relações de causa-efeito entre consumo e felicidade. Em outros termos, se as pessoas consomem sapatos podendo consumir outro bem, significa que os sapatos reportam algum tipo de satisfação, senão não seriam demandados. Nesse sentido, o valor de um produto seria a combinação de sua escassez e a utilidade que esse produto proporciona. Uma pérola negra é um bem com elevado preço dada a sua escassez e o bem-estar subjetivo que a mesma proporciona ao comprador.

Contudo, esse vínculo — consumo de um bem/bem-estar que este proporciona — estaria sujeito a certas singularidades. Uma delas foi pela primeira vez mencionada por Hermann Heinrich Gossen (1810-1858) em um livro originalmente publicado em alemão em 1854 (existe uma tradução em inglês: Gossen, 1983) no qual expõe o que ficou conhecido como A Primeira Lei de Gossen: à medida que consumimos um bem, a utilidade que proporciona uma unidade adicional é decrescente. Denominada de utilidade marginal decrescente pelos economistas, esta proposição faz parte do marco conceitual de absolutamente todos os livros de Microeconomia que formam os futuros economistas em todas as universidades do mun-

⁹ Na linguagem dos economistas, o processo de maximização está condicionado (maximização restringida), por exemplo, ao salário ou à renda do indivíduo. Ou seja, o agente teria de escolher a cesta de bens que outorga o máximo de felicidade respeitando a restrição (a sua renda).

do. O problema é que a relação marginal decrescente não pretende ser explicada pela ciência econômica. A mesma é colocada como um fato tão óbvio e natural que, não obstante ser crucial na construção de todo o modelo, não requer maiores esclarecimentos. Se não aceitamos a obviedade como princípio que exclui uma fundamentação (perspectiva difícil de anuir para uma disciplina como a economia que pretende ser a “física” das ciências sociais), a justificativa da utilidade marginal decrescente é derivada a outras ciências, como (outra vez!) a psicologia ou a neurociência. Em todo caso, estaria fora do escopo do projeto de pesquisa da economia explicar por que as contribuições marginais para a felicidade de uma pessoa decresceriam à medida que seu consumo aumentasse.

A Métrica da Felicidade

Uma vez assumida a função de utilidade (ou seja, a relação entre o consumo de bens e a felicidade que esse consumo proporciona), fica em aberto a métrica dessa utilidade. Essa métrica é relevante uma vez que, para o utilitarismo clássico, uma sociedade deveria escolher aquela opção que maximiza a soma das utilidades individuais. Se estamos diante de duas alternativas, toda coletividade teria de escolher aquela que, agregando as felicidades de cada indivíduo, gere a maior “quantidade”. Mas qual seria a unidade de medida?

Uma alternativa seria determinar a felicidade mediante uma fórmula matemática. A proposta foi sugerida por Bentham e seu “Cálculo Felicífico”. Seguindo a mesma perspectiva analítica, os primeiros teóricos que deram forma ao que hoje é assumido como modelo padrão em economia, nos referimos, concretamente, a Alfred Marshall (1842-1924) e Leon Walras (1834-1910), apelaram, na apresentação de seus arcabouços conceituais, a uma utilidade mensurável (unidades de utilidade), que se denomina de utilidade cardinal. Ou seja, a utilidade poderia ser medida da mesma forma que se mede a distância entre dois pontos ou o peso de diversos produtos. Assumir uma hipótese como essa tem diversos desdobramentos. Por exemplo, se posso medir a utilidade do indivíduo A e do indivíduo B, a felicidade da comunidade composta por essas duas pessoas seria a soma dessas duas utilidades individuais. Nessas circunstâncias, o Estado poderia redistribuir os bens consumidos

entre os dois indivíduos e calcular a felicidade total. Se a utilidade aumenta, a política seria desejável.

Por outra parte, as funções de utilidade empregadas pelos primeiros teóricos eram aditivas, ou seja, a utilidade total de cada indivíduo seria a soma das utilidades proporcionadas pelos produtos A e B (supondo que o consumo esteja restrito a esses dois bens). Ou, se um indivíduo consome arroz e carne, a utilidade total seria a soma da utilidade proporcionada pelo consumo de arroz mais a utilidade proporcionada pelo consumo de carne. Quando assumimos uma formulação como essa, deixamos de considerar interações entre os consumos de cada bem, característica que fragiliza essa alternativa de abordar a questão.

Essas características das funções de utilidade — geram uma magnitude capaz de ser medida e as utilidades são aditivas — serão paulatinamente mudadas por abordagens mais realistas. Edgeworth, em seu livro de 1881 — *Mathematical Psychics* — abandona a aditividade (o que permite considerar as interações) e Vilfredo Pareto (1848-1923) abandona a cardinalidade da utilidade adotando uma perspectiva ordinal, prisma que prevalecerá daí para a frente. Um olhar ordinal sobre a felicidade sugere que, por exemplo, se temos duas cestas de bens que proporcionam dois diferentes níveis de utilidade, o indivíduo pode ordenar (uma é preferível à outra) mas não outorga valores aos respectivos patamares de bem-estar. Na perspectiva ordinal, se pode estabelecer uma hierarquia entre diferentes estados, mas a ideia da felicidade ser uma variável mensurável é abandonada. Em outras palavras: adota-se uma hierarquia ou prioridades em função de maior, menor ou igual, de preferências entre as situações. Se Edgeworth pode ser mencionado como um pioneiro no moderno tratamento das características das funções de utilidade, certamente foi a Pareto que se atribuiu a incorporação definitiva da utilidade ordinal no arcabouço teórico do atual modelo standard em economia.¹⁰ Percebamos que, ao substituir uma utilidade cardinal por outra ordinal, estamos retirando qualquer polêmica sobre sensações de prazer ou dor e a sua parametrização.

¹⁰ Na realidade, Pareto não emprega o termo "utilidade", o substitui por "ofelividade", que seria a capacidade de um bem ou serviço satisfazer um desejo, contornando, assim, as ambiguidades associadas à subjetividade que o conceito de "utilidade" implicitamente tem.